

EDcl nos EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 567.850 - SP (2014/0206298-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : **JÚLIO CÉSAR MARASSIA**
ADVOGADO : **ANA PAULA DE SOUZA VEIGA SOARES - SP102417**
EMBARGADO : **LUIZ CARLOS RECIERI**
EMBARGADO : **NADIR DA SILVA RICIERI**
ADVOGADO : **SANDRO AURÉLIO CALIXTO E OUTRO(S) - SP156182**
EMBARGADO : **ISAN VICENTE ALVES**
EMBARGADO : **MAURA MARIA GOMES CARVALHO ALVES**
ADVOGADO : **ANA PAULA DE SOUZA VEIGA SOARES E OUTRO(S) - SP102417**
EMBARGADO : **MANOEL TORMINA**
EMBARGADO : **DAYSIS SATURI TORMINA**
ADVOGADO : **GUILHERME ESTEVES ZUMSTEIN E OUTRO(S) - SP113374**
INTERES. : **JOSE ROBERTO DE MELO COELHO**
INTERES. : **LUCINEIA SILVA SARTORI COELHO**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE ACOLHEU OS ACLARATÓRIOS DOS ORA EMBARGADOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.

INSURGÊNCIA DO REQUERIDO.

1. Nos termos do artigo 1.022 do CPC/15, os embargos de declaração são cabíveis apenas para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material.

2. Na hipótese dos autos, o acórdão proferido por este órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado, tendo enfrentado todos os pontos aventados nas razões dos anteriores embargos de declaração opostos pelos ora embargados, de modo que não se vislumbram vícios a serem sanados por meio de novos aclaratórios.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

